

3 ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO 2ª CÂMARA CRIMINAL SESSÃO VIRTUAL
REALIZADA NO INTERVALO DE 19/10/2023 A 26/10/2023 APELAÇÃO Nº
0800581-06.2022.8.10.0115 – ROSÁRIO Apelante : Anderson Baltazar Costa
Defensora Pública : Livia Maria Silva Macedo Apelado : Ministério Público
Estadual Relator : Des. Francisco RONALDO MACIEL Oliveira EMENTA APELAÇÃO
CRIMINAL. TRÁFICO DE DROGAS. INGRESSO FORÇADO EM DOMICÍLIO. INOCORRÊNCIA.
EXISTÊNCIA DE FUNDADAS RAZÕES. FLAGRANTE DELITO. ABSOLVIÇÃO POR FALTA DE
PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. PROVA
TESTEMUNHAL. DESCLASSIFICAÇÃO PARA USO DE DROGAS. INVIABILIDADE. APLICAÇÃO
DA REDUÇÃO PREVISTA NO ART. 33, § 4º, DA LEI DE DROGAS. VIABILIDADE.
REDIMENSIONAMENTO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. I – Se a prova oral
colhida sob o crivo do contraditório, aliada às circunstâncias da prisão,
evidenciam o vínculo da droga com o réu, Apelante, e sua finalidade
comercial, deve ser mantida a condenação pelo crime previsto no artigo 33,
caput, da Lei nº 11.343/06. II – Deve ser reconhecida a causa especial de
diminuição da pena, prevista no art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/2006, uma
vez que o agente é primário, não integra organização criminosa e inexistem
provas efetivas da habitualidade em atividade criminosa. III – O crime de
receptação implica na inversão do ônus da prova, incumbindo ao acusado
demonstrar a procedência regular do bem ou seu desconhecimento da origem
ilícita. (AgRg no AREsp 2387294/SP – Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ
(1158) – SEXTA TURMA – DATA- 12/09/2023). IV – Recurso parcialmente
provido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação
Criminal nº 0800581-06.2022.8.10.0115, em que figuram como partes os
retromencionados, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Segunda Câmara
Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, por votação
unânime, em desacordo com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça –
PGJ, em DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso interposto, nos termos do voto
do Desembargador Relator. Votaram os Senhores Desembargadores Francisco
RONALDO MACIEL Oliveira (Presidente/relator), José Luiz Oliveira de
Almeida (vogal) e pelo Des. Samuel Batista de Souza. Funcionou pela
Procuradoria-Geral de Justiça, o Dr. Joaquim Henrique de Carvalho Lobato.
Sessão Virtual da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do
Maranhão, de 19/10/2023 a 26/10/2023. São Luís, 26 de outubro de 2023.
Desembargador Francisco RONALDO MACIEL Oliveira Relator (ApCrim
0800581-06.2022.8.10.0115, Rel. Desembargador (a) FRANCISCO RONALDO MACIEL
OLIVEIRA, 2ª CÂMARA CRIMINAL, DJe 08/11/2023)